

Coordenação como peça chave para aprimorar a segurança pública brasileira

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS EM
SEGURANÇA PÚBLICA (PEC 018/25)

CAROLINA RICARDO

Câmara dos Deputados, Brasília, 18 de
novembro de 2025



O que dispõe o SUSP Lei 13.675/18

Art. 3º **Compete à União estabelecer a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)** e aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer suas respectivas políticas, **observadas as diretrizes da política nacional**, especialmente para análise e enfrentamento dos riscos à harmonia da convivência social, com destaque às situações de emergência e aos crimes interestaduais e transnacionais.

Art. 7º A PNSPDS será implementada por **estratégias que garantam integração, coordenação e cooperação federativa**, interoperabilidade, liderança situacional, modernização da gestão das instituições de segurança pública, valorização e proteção dos profissionais, complementaridade, dotação de recursos humanos, diagnóstico dos problemas a serem enfrentados, excelência técnica, avaliação continuada dos resultados e garantia da regularidade orçamentária para execução de planos e programas de segurança pública.



O que dispõe a PEC 18/25

Art.21:

XXVII - **estabelecer a política e o plano nacional de segurança pública e defesa social**, que compreenderá o sistema penitenciário, ouvido o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, integrado por representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil, na forma da lei;

XXVIII - **coordenar** o sistema único de segurança pública e defesa social e o sistema penitenciário, por meio de estratégias que assegurem a **integração, a cooperação e a interoperabilidade** dos órgãos que o compõem, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. As competências da União de que tratam os incisos XXVII e XXVIII do caput não excluem as competências comuns e concorrentes dos demais entes federativos relativas à segurança pública e à defesa social, nem restringem a subordinação das polícias militares, civis e penais e dos corpos de bombeiros militares aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal.” (NR)



Qual o sentido de coordenação na Segurança Pública?

Integração cotidiana entre as polícias – intencional e com objetivos bem definidos

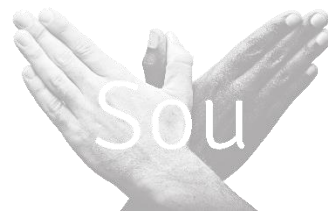
Capacidade para coletar e sistematizar dados de segurança


Integração entre estratégias complementares: prevenção e controle do crime

Indução/estímulo de políticas por meio do financiamento

Realização de operações integradas

Equilíbrio entre integração, articulação e autonomia federativa





O que não deve ser a coordenação na Segurança Pública?

Tirar dos governadores as diretrizes gerais da segurança pública

Tirar a autonomia das polícias

Dizer aos governadores o que devem fazer

Disputa de protagonismos



Coordenação eficiente na prática – RS Seguro



GESeg - Gestão Estatística em Segurança Pública

Construção compartilhada e contínua - cooperação

SISTEMÁTICA DE GOVERNANÇA

Foco territorial – 23 Municípios. Monitoramento intensivo

- CVLI
- Roubo de veículos
- Roubo a pedestres
- Indicadores locais (17)

- ✓ **Informações precisas e oportunas** sobre os padrões de criminalidade permitem **tomada de decisão** com **rapidez e assertividade**.
- ✓ **Análise conjunta e sistemática** entre as instituições: BM, PC, IGP, CBM, SUSEPE, DETRAN, MP, PJ, PRF, DPF e MUN + MPF e TRF.
- ✓ **Metodologia** de escolha dos municípios para a Reunião A1.
- ✓ **Níveis de governança**, com encontros mensais em agenda pré-definida.

Coordenação eficiente na prática – RS Seguro

Dissuasão focada

FOCALIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E AÇÃO

Poder Judiciário, Ministério Público e Governo RS - compartilhamento de informações, responsabilidades e resultados.

Plano estratégico para reduzir homicídios dolosos decorrentes de conflitos entre grupos criminosos

- estudo detalhado sobre os grupos criminosos, seus integrantes e lideranças (LSE);
- nova 3ª Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre;
- medidas disciplinares e de isolamento de líderes e mandantes;
- atendimento ambulatorial e eletivo de saúde;
- novo módulo de segurança máxima com 76 celas individuais.



Coordenação eficiente na prática – Estado Presente em Defesa da Vida – Espírito Santo

O PROGRAMA 2011

GOVERNANÇA

TRANSVERSALIDADE

INTEGRAÇÃO



Coordenação Estratégica
Governador do Estado



Coordenação Executiva
Secretário de Economia e Planejamento



Eixo Proteção Policial
Secretário de Segurança Pública



Eixo Proteção Social
Secretária de Direitos Humanos



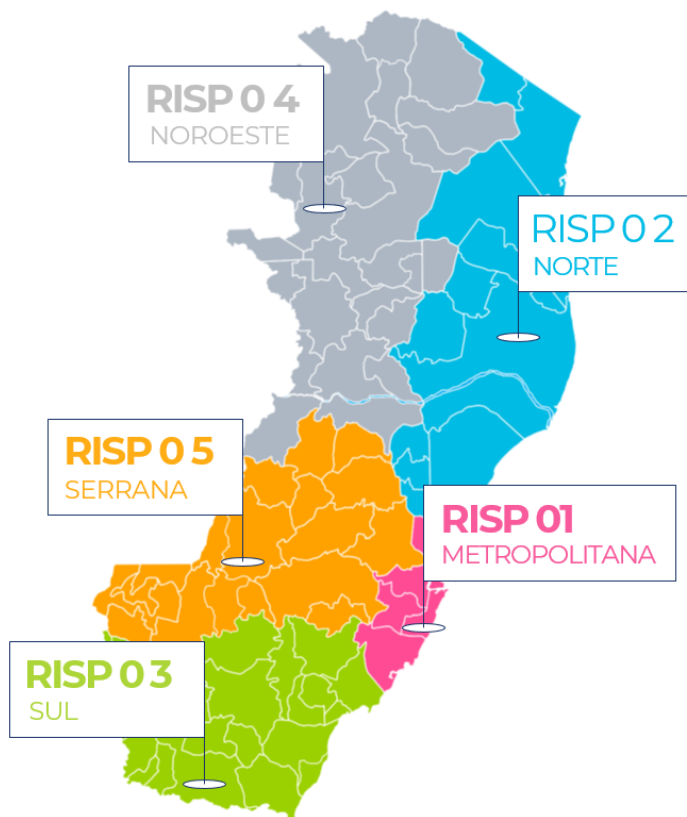
Eixo Mulher Viva +
Secretária das Mulheres



Coordenação eficiente na prática – Estado Presente em Defesa da Vida – Espírito Santo

GESTÃO

INTEGRAÇÃO E CORRESPONSABILIDADE TERRITORIAL



22

Áreas Integradas
de Segurança
Pública (AISP's)

Cada Região Integrada de Segurança Pública (RISP) possui um coordenador da **Polícia Militar** e da **Polícia Civil**, que respondem solidariamente pelos resultados e metas.



Coordenação para enfrentar o crime organizado – Desarmar o crime

OPERAÇÃO DAKOVO (2023)

- Patrulhamento PRF na BA
- Armas Croatas (23 fuzis e munições)
- Rastreamento pela PF
- Identificação de empresa paraguaia - IAS (*International Auto Supply*) – importadora de armas
- Mapeamento de armas apreendidas em estados brasileiros – parcerias PC, PF
- Fluxo de entrada ilegal no Brasil

MÚLTIPLAS VOZES 29/01/2025

OPERAÇÃO DAKOVO: COMO UM POSTO DA PRF NA BAHIA INICIOU O MAIOR GOLPE NO TRÁFICO DE ARMAS

ENTRE 2019 E 2023, ESTIMA-SE QUE EMPRESA PARAGUAIA TENHA IMPORTADO ILEGALMENTE 46 MIL ARMAS, DAS QUAIS 17 MIL CHEGARAM AO BRASIL, INCLUINDO 2.656 FUZIS

BRUNO LANGEANI

Mestre em políticas públicas pela Universidade de York (UK) e associado pleno do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Autor do livro "Arma de fogo no Brasil, gatilho da Violência"

Compartilhe



O trabalho minucioso de três anos revelou um esquema criminoso sofisticado, dividido em diversos núcleos. O núcleo de importação recrutava fabricantes de pistolas e fuzis, enquanto armeiros paraguaios “sanitizavam” as armas, apagando números de série e outras marcas e, em alguns casos, acoplando seletores de rajada para transformá-las em submetralhadoras, o que aumentava seu valor no mercado ilegal. O núcleo de logística recrutava transportadores que utilizavam carros com compartimentos ocultos, caminhões com cargas mistas e passageiros que levavam as armas em ônibus de turismo. Já o núcleo financeiro operava a lavagem de dinheiro, com valores transferidos do Paraguai para os Estados Unidos por meio de doleiros e empresas de fachada em Miami para pagar fabricantes no Leste Europeu.



Coordenação para enfrentar o crime organizado – Mercado de combustíveis e de drogas

OPERAÇÃO CARBONO OCULTO (2025)

- Lógica de força tarefa
- PF, Receita federal, MPs, Polícias estaduais
- Entendimento de diferentes mercados econômicos, como o de combustíveis e o financeiro, aliando com a análise sobre o crime organizado em sua atuação “mais clássica”
- Para então iniciar a investigação e coleta de provas e outras evidências, e montar a estratégia de ação
- Regulação de Fintechs – além o direito penal



ASSINE O PODER

“opinião



Como a operação Carbono Oculto redesenhou o combate ao crime organizado

Focada em descapitalizar o crime nos mercados de combustível e financeiro, a força-tarefa mostrou a eficácia da cooperação institucional e regulatória

Carolina Ricardo

10.set.2025 (quarta-feira) - 5h55

Em 28 de agosto, foi [deflagrada](#) a operação Carbono Oculto, um grande exemplo para a segurança pública do Brasil. A partir da integração de diferentes grupos especializados dos ministérios públicos de pelo menos 8 Estados, em parceria com a [PF](#) (Polícia Federal) e a [Receita Federal](#), foi levada a cabo uma das maiores operações já vistas no Brasil, que teve um grande diferencial: foi capaz de atingir cerca de R\$ 30 bilhões do crime organizado sem disparar um único tiro.

E o que foi a operação Carbono Oculto? [Uma operação](#) que mirou um esquema gigante de fraudes e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. Ela foi capaz de desfazer diferentes elos da cadeia de combustíveis controlados pelo crime organizado, começando por importação, produção, distribuição e comercialização ao consumidor final e indo até a ocultação e blindagem do patrimônio, por meio das fintechs e de fundos de investimento.

Coordenação para enfrentar o crime organizado: infiltração em licitações públicas

OPERAÇÃO FIM DA LINHA - LAVAGEM DE DINHEIRO COM EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS (2024)

- Empresas Transwolf e Upbus usadas para lavar dinheiro do PCC



Infográfico da Receita Federal mostra como funcionava o esquema criminoso (Receita Federal/Divulgação)

exame.

Home > Brasil

Fim da Linha: O que se sabe sobre operação que mira empresas de ônibus de SP ligadas ao PCC

A operação tem como objetivo dismantelar organizações que lavam recursos ilícitos do PCC por meio de duas empresas de ônibus que atuam no transporte urbano de passageiros em São Paulo



André Martins
Repórter de Brasil e Economia

Publicado em 9 de abril de 2024 às 12h01.

Acompanhe tudo sobre Ônibus

Saiba mais

O Ministério Público do Estado de Paulo (**MPSP**), o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (**GAECO**), a Polícia Militar, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Receita Federal deflagraram nesta terça-feira, 9, a **Operação Fim da Linha**.



Coordenação para enfrentar o crime organizado: eleições

ELEIÇÕES (2024)

- Começou com uma prisão por tráfico, que abriu a investigação por meio das mensagens do celular
- Banco (fintech) criado pelo PCC – 4TBank - movimentou R\$ 8 bilhões por meio de um "banco do crime" e mais 19 empresas para apoiar candidaturas em cidades de São Paulo - Mogi das Cruzes
- Dono do banco – integrante do PCC - indicava a membros da facção nomes para serem candidatos (e financiados)
- Investigação sobre movimentações financeiras

Eleições 2024

Banco criado pelo PCC movimentou R\$ 8 bi para bancar políticos, diz polícia

Fabiola Perez • Do UOL, em São Paulo

01/09/2024 05h30 ⌚ Atualizada em 01/09/2024 05h30



- Yamawaki era um dos integrantes do núcleo financeiro do PCC, aponta a investigação. O núcleo era apelidado de "câmbio" entre os integrantes da facção. A investigação aponta que Yamawaki tinha interesse em eleger vereadores nas cidades paulistas. Nos próximos dias, a polícia de Mogi das Cruzes quer ouvir Anderson. "Ele é o elo central", diz o delegado.
- Troca de mensagens interceptada pela polícia revela que Yamawaki indicava a Fabiana pessoas ligadas ao PCC para candidaturas em São José do Rio Preto, Campinas e Baixada Santista. "Pretendemos pegar os celulares, cruzar informações e fazer operação nessas cidades", afirma o delegado. O chefe da Seccional de Mogi das Cruzes, Waldir Covino, afirma que a prioridade das próximas fases da investigação será mapear infiltrações do PCC na política.



Prioridades para coordenação em nível federal – Crime Organizado

CONTROLE DE ARMAS COM FOCO EM IMPEDIR ABASTECIMENTO DE ARMAS PARA O CRIME

- Fortalecer e conectar o Centro de Rastreamento de Armas da PF com todos os estados brasileiros
- Fomentar a criação de Delegacias Especializadas em Control de Armas (Desarmes) no estado brasileiro e impulsionar sua integração e atuação coordenada – RENARM
- Fortalecer a implantação do Sistema Nacional de Comparação Balística (SINAB)
- Fomentar a integração entre países da região para adoção de um plano de enfrentamento ao tráfico de armas
- Operações coordenadas

REDUÇÃO DA IMPUNIDADE DE HOMICÍDIOS

- Fomentar o fortalecimento da Delegacias Especializadas em Homicídios (DHs)
- Fomentar o fortalecimento das perícias
- Retomar estratégia de coordenação sobre o tema nos moldes da Estratégia Nacional de Segurança Pública
- Mensurar a capacidade dos estados brasileiros elucidarem homicídios – Criação do Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios



Obrigada!

carolina@soudapaz.org

 carol_ricardo_



Sou

 soudapaz.org

 facebook.com/institutosoudapaz

 @isoudapaz

 Instituto.soudapaz